

**BANCO INTER S.A.**  
CNPJ/ME: 00.416.968/0001-01  
NIRE: 31300010864  
**(COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO)**

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL  
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2021**

1. **DATA, HORA E LOCAL.** Em 24 de junho de 2021, às 14:30 horas, na sede social do Banco Inter S.A. ("Inter"), na Cidade Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, nº 1.219, 13º ao 24º andares, Bairro Santo Agostinho, CEP 30.190-131.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA.** Dispensadas as formalidades de convocação por estar presente a totalidade dos membros titulares do Conselho Fiscal do Inter, conforme indicados abaixo e, sendo assim, verificado o quórum para instalação da reunião e deliberação dos assuntos da ordem do dia, nos termos do Estatuto Social do Inter.
3. **MESA.** Presidente – Sr. Thiago da Costa e Silva Lott; Secretária - Sra. Débora Resende Castanheira de Carvalho.
4. **ORDEM DO DIA.** Deliberar sobre o aumento de capital do Inter, dentro do limite do capital autorizado do Inter, conforme aumentado pelos acionistas do Inter em assembleia geral extraordinária realizada em 24 de junho de 2021, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas do Inter na subscrição das Units e/ou Ações, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do Estatuto Social do Inter, no contexto de oferta pública primária, com esforços restritos de colocação, (a) exclusivamente a investidores profissionais, tanto de ações ordinárias de emissão do Inter ("Ações Ordinárias"), quanto de certificados de depósitos de ações ("Units"), representativos cada um de 1 (uma) Ação Ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão do Inter ("Ações Preferenciais") e, em conjunto com as Ações Ordinárias, "Ações"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Institucional"); e (b) exclusivamente aos acionistas do Inter que detiverem, na Primeira Data de Corte (conforme definido abaixo), units, ações ordinárias e/ou ações preferenciais de emissão do Inter ("Acionistas"), de forma a assegurar, a tais Acionistas, o Direito de Prioridade (conforme definido abaixo) na subscrição de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Prioritária") e, em conjunto com a Oferta Institucional, "Oferta"), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476").

5. **DELIBERAÇÕES.** Instalada a reunião, após a discussão das matérias da ordem do dia, os Conselheiros presentes, sem quaisquer restrições, deliberaram, por unanimidade:

5.1. Manifestar-se favoravelmente ao aumento do capital social do Inter, dentro do limite do seu capital autorizado, conforme aumentado pelos acionistas do Inter em assembleia geral extraordinária realizada em 24 de junho de 2021, nos termos da documentação da Oferta divulgada ao mercado, por entenderem que a realização da Oferta está alinhada com o planejamento estratégico do Inter e será um importante reforço de caixa do Inter para fazer frente aos seus objetivos de curto, médio e longo prazos.

Tendo em vista a necessidade de homologação pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") (a) do aumento do capital autorizado do Inter, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária do Inter realizada em 24 de junho de 2021, e (b) do aumento de capital social do Inter a ser deliberado pelo Conselho de Administração do Inter em decorrência da Oferta; serão emitidos recibos de subscrição decorrentes do aumento de capital decorrente da Oferta, em relação ao qual o Conselho Fiscal desde já se manifesta favoravelmente, recibos estes que dão direito ao recebimento de 1 (uma) Ação Ordinária ou 1 (uma) Ação Preferencial cada um, conforme o caso ("Recibos de Subscrição").

5.2. Emitir o seguinte parecer sobre o aumento de capital no contexto da Oferta:

*"Os membros do Conselho Fiscal do Banco Inter S.A. ("Inter"), em cumprimento ao disposto no artigo 166, parágrafo 2º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, avaliaram a proposta e opinaram favoravelmente ao aumento do capital social do Inter mediante realização de oferta pública de distribuição primária, com esforços restritos de colocação ("Oferta") de, inicialmente, 71.508.802 novas ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e 71.126.052 novas ações preferenciais ("Ações Preferenciais" e, em conjunto com as Ações Ordinárias, as "Ações"), nominativas e sem valor nominal, incluindo as Ações Ordinárias e Ações Preferenciais subjacentes aos certificados de depósito de ações compostos, cada um, por 2 (duas) Ações Preferenciais e 1 (uma) Ação Ordinária ("Units"), sendo que a quantidade de Units e/ou Ações inicialmente ofertada, poderá, a critério do Inter, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 100%, ou seja, em até 71.508.802 novas ações ordinárias e/ou 71.126.052 novas ações preferenciais de emissão do Inter, incluindo as ações subjacentes às Units, nas mesmas condições e pelo mesmo Preço por Unit (conforme definido abaixo) e mesmo Preço por Ação (conforme definido abaixo), inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no momento em que for apurada a demanda pelo volume da Oferta ("Lote Adicional"). Tendo em vista a necessidade de homologação pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") (a) do aumento do capital autorizado do Inter, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária do Inter realizada em 24 de junho de*

2021, e (b) do aumento de capital social do Banco a ser deliberado pelo Conselho de Administração do Inter em decorrência da Oferta; serão emitidos recibos de subscrição decorrentes do aumento de capital decorrente da Oferta, em relação ao qual o Conselho Fiscal desde já se manifesta favoravelmente, recibos estes que dão direito ao recebimento de 1 (uma) Ação Ordinária ou 1 (uma) Ação Preferencial cada um, conforme o caso (“Recibos de Subscrição”).

- Preço por Ação e Preço por Unit: O Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente (i) ao preço de R\$57,84 (cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) por Unit no âmbito da Oferta (“Preço por Unit”), o qual foi determinado nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e (ii) ao preço de \$19,28 (dezenove reais e vinte e oito centavos) por Ação no âmbito da Oferta (“Preço por Ação”), o qual foi determinado com base no Preço por Unit, nos termos do Parecer de Orientação nº 5 da CVM, de 3 de dezembro de 1979 (“Parecer de Orientação 5”). Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a fixação do Preço por Unit e do Preço por Ação foi justificada, pois teve como parâmetro a cotação das units de emissão do Inter na B3 em 21 de maio de 2021, no valor de R\$178,92 por Unit, dividido por 3 (três), considerando o desdobramento de ações do Inter aprovado pelo Banco Central em 20 de maio de 2021, sobre o qual foi aplicado um deságio de 3% (três por cento). Nos termos do Parecer de Orientação 5, às Ações será atribuído o mesmo valor atribuído às Units. Considerando que cada Unit é formada por 1 (uma) Ação Ordinária e 2 (duas) Ações Preferenciais de emissão do Inter, o preço por Ação Ordinária e/ou Ação Preferencial será correspondente a 1/3 (um terço) do Preço por Unit.
- Quantidade de Ações: inicialmente, 71.508.802 novas Ações Ordinárias e 71.126.052 novas Ações Preferenciais, incluindo as Ações Ordinárias e Ações Preferenciais subjacentes às Units, sendo que a quantidade de Units e/ou Ações inicialmente ofertada, poderá ser aumentada pelo Lote Adicional.
- Integralização: o Preço por Ação e/ou Preço por Unit, conforme o caso, será devido na data da liquidação das Units e/ou das Ações no âmbito da Oferta, com a entrega dos recibos de subscrição das Ações (“Recibos de Subscrição”) aos respectivos investidores, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis. Referidos Recibos de Subscrição serão convertidos em Ações Ordinárias, Ações Preferenciais ou Units, conforme o caso, após a homologação pelo BACEN do aumento de capital decorrente da Oferta.
- Direitos das Ações: os Recibos de Subscrição conferirão aos seus titulares os seguintes direitos: (i) direito de serem incluídos em oferta pública decorrente de alienação de ações de emissão do Inter que resultem na alienação de seu controle acionário, nas mesmas condições de tal alienação; e (ii) direito de serem convertidos em Ações Ordinárias, Ações Preferenciais ou Units, conforme o caso, após a homologação do referido aumento de capital pelo BACEN. Após referida homologação, as Ações Ordinárias, as Ações Preferenciais e as Units conferirão aos

seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias, ações preferenciais e units, respectivamente, de emissão do Inter, nos termos previstos em seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme vigente nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes, conforme aplicável à espécie de ação em questão, inclusive às ações subjacentes às units: (i) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, bem como ao recebimento de dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo conselho de administração, conforme aplicável; (ii) direito de alienar as ações de emissão do Inter, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador do Inter, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle do Inter, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Estatuto Social, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador (tag along); (iii) direito de alienar as ações de emissão do Inter em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelo Inter ou pelo acionista controlador do Inter, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações preferenciais de emissão do Inter no Nível 2, pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada; (iv) no caso de liquidação do Inter, os acionistas detentores de ações terão direito de participar do acervo do Inter, na proporção da sua participação no capital social, sendo que os acionistas titulares de ações preferenciais de emissão do Inter terão prioridade no reembolso de seu capital, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações; (v) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pelo Inter, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações de emissão do Inter que vierem a ser declarados pelo Inter a partir da presente data; (vii) enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2, cada ação preferencial emitida pelo Inter conferirá ao seu titular o direito a voto restrito em Assembleias Gerais, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão do Inter; (b) aprovação de contratos entre o Inter e os acionistas controladores, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais os acionistas controladores tenham interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital do Inter; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico do Inter, conforme artigo 28 do Estatuto Social do Inter; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer

*das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2; e (viii) todos os demais direitos assegurados às ações de emissão do Inter, nos termos previstos no Regulamento do Nível 2, no Estatuto Social do Inter e na Lei das Sociedades por Ações.”*

6. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário, que, lida pelos presentes e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Presidente: Thiago da Costa e Silva Lott. Secretária: Débora Resende Castanheira de Carvalho. Conselheiros: Thiago da Costa e Silva Lott; Paulino Ferreira Leite; Fernando Henrique Fonseca.

---

Thiago da Costa e Silva Lott  
Conselheiro

---

Débora Resende C. de Carvalho  
Secretária

---

Paulino Ferreira Leite  
Conselheiro

---

Fernando Henrique da Fonseca  
Conselheiro